

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A PERMUTA INTERNACIONAL DE ESTUDANTES ESTAGIÁRIOS TÉCNICOS

ARTIGO 1º

1. É constituída, a contar da data de hoje e por tempo indeterminado, uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, denominada Associação Portuguesa para a Permuta Internacional de Estudantes Estagiários Técnicos, adiante designada por A.P.I.E.T..
2. A A.P.I.E.T. tem sede em Lisboa, no Instituto Superior Técnico na Avenida Rovisco Pais, freguesia de São João de Deus, podendo ser mudada para outro local, mediante deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2º

A A.P.I.E.T. procurará articular a sua actividade com instituições afins, assim como poderá criar delegações suas em Portugal e no estrangeiro.

ARTIGO 3º

Objecto e Atribuições

1. Constitui objecto da A.P.I.E.T. promover a permuta de estudantes do ensino superior universitário e politécnico, público e privado, em Portugal com estudantes do mesmo grau de ensino no estrangeiro para a realização de estágios em entidades empregadoras no domínio da especialidade dos respectivos cursos.
2. Compete designadamente:
 - a) Apoiar a I.A.E.S.T.E. (The International Association for the Exchange of Students for Technical Experience) Portugal.
 - b) Propor a quem de direito a composição da I.A.E.S.T.E. Portugal

ARTIGO 4º

A actividade da A.P.I.E.T. rege-se pelos presentes Estatutos e por regulamentos internos dispondo sobre normas de procedimento a adoptar no exercício das competências estatutárias.

ARTIGO 5º

1. Os membros são fundadores e aderentes.
2. São fundadores as pessoas colectivas outorgantes da escritura da constituição da A.P.I.E.T.
3. Podem se membros aderentes as pessoas colectivas ou singulares interessados nos objectivos da A.P.I.E.T., que sejam aceites pela Direcção a requerimento dos interessados e posteriormente aceites por deliberação validamente tomada pela maioria de dois terços dos votos expressos em reunião da Assembleia Geral onde o assunto seja inscrito na respectiva ordem de trabalhos.

ARTIGO 6º

Constituem direitos dos membros fundadores e aderentes.

- a) Votar nas Assembleias Gerais;
- b) Requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias nos termos do Artigo dezasseis, número dois;
- c) Examinar as contas, documentos e outros elementos relativos às actividades da A.P.I.E.T. na utilização dos serviços que a Associação presta, segundo condições a fixar em regulamento próprio;
- d) Examinar as contas, documentos e outros elementos relativos às actividades da A.P.I.E.T. nos oito dias precedentes a qualquer Assembleia Geral;
- e) Propôr à Direcção a admissão de novos associados;
- f) Solicitar aos órgãos sociais as informações e esclarecimentos sobre a condução das actividades da Associação, salva a confidencialidade das mesmas.

ARTIGO 7º

Constituem deveres dos membros fundadores e aderentes:

- a) Cumprir as obrigações estatutárias e regulamentares, bem como as deliberações dos órgãos sociais;
- b) Indicar anualmente um seu representante na Assembleia Geral;
- c) Exercer os cargos sociais para que sejam eleitos ou designados, sem prejuízo de que nenhum membro é obrigado a aceitar a eleição para qualquer cargo estatutário em dois períodos sucessivos;
- d) Pagar pontualmente as quotas periódicas e bem assim a jóia de admissão;
- e) Contribuir para a realização dos objectos estatutários de harmonia com os regulamentos e as directivas emanadas dos órgãos sociais.

ARTIGO 8º

Perdem a qualidade de membros aqueles que:

- a) Solicitem a sua desvinculação, mediante comunicação por escrito à Direcção.
- b) Se deixem atrasar mais de um ano no pagamento de quotas;
- c) Deixem de cumprir as obrigações estatutárias e regulamentos ou atentem contra os interesses da Associação.

ARTIGO 9º

A exclusão nos termos da alínea c) do artigo anterior será sempre decidida em Assembleia Geral, com a intenção da inscrição do assunto em ordem do dia. Pode ser utilizado o voto por correspondência.

ARTIGO 10º

Os sócios que se atrasarem mais de seis meses no pagamento das suas quotas são automaticamente suspensos dos seus direitos sociais.

ARTIGO 11º

Constituem órgão das A.P.I.E.T.:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direcção;
- c) O Conselho Fiscal.

DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 12º

A Assembleia Geral é um órgão soberano da A.P.I.E.T., constituído pelos membros da Associação no pleno gozo dos seus direitos, convocados e reunidos para tal.

ARTIGO 13º

Compete à Assembleia Geral, designadamente:

- a) Eleger ou substituir os membros da respectiva mesa, bem como os membros da Direcção e do Conselho Fiscal;
- b) Decidir sobre as alterações dos Estatutos e deliberar sobre a dissolução da Associação, ouvida a Direcção da A.P.I.E.T.;
- c) Discutir os actos da Direcção e do Conselho Fiscal, deliberando sobre eles;
- d) Apreciar o relatório de contas relativas ao ano findo, acompanhado de pareceres do Conselho Fiscal, bem como apreciar a política de fundo da Associação definida pela Direcção;
- e) Aprovar ou alterar os regulamentos sobre o funcionamento dos órgãos sociais e o processo eleitoral;
- f) Estabelecer, sob proposta da Direcção, o quantitativo e periodicidade das quotas;
- g) Decidir sobre a exclusão dos membros da Associação, no caso previsto na alínea c) do Artigo oitavo;
- h) Decidir sobre a aceitação de novos membros aderentes;
- i) Decidir sobre a alienação dos bens da Associação, ouvida a Direcção e de harmonia com o regulamento fixado para o efeito;
- j) Aprovar a criação de delegações em Portugal e no estrangeiro.

ARTIGO 14º

As reuniões da Assembleia Geral são dirigidas por uma Mesa, constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

ARTIGO 15º

1. As deliberações da Assembleia Geral, a consignar em acta, são tomadas, salvo nos casos previstos na lei e nos presentes Estatutos, por maioria absoluta dos votos dos membros presentes.
2. Cada membro fundador e aderente tem direito a um voto, não havendo por delegação mas sendo permitido o voto por correspondência.
3. A Assembleia Geral reunirá em conformidade com o regulamento estabelecido.

ARTIGO 16º

1. A Assembleia Geral reúne ordinariamente até ao dia trinta e um de Março de cada ano civil.
2. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente sempre que o Presidente a convoque, seja por deliberação da própria Mesa, por solicitação da Direcção, do Conselho Fiscal, ou a requerimento de vinte por cento dos membros no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 17º

1. As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral são dirigidas por aviso postal expedido a todos os membros da Associação, com um mínimo de quinze dias de antecedência para as Assembleias ordinária e de oito dias para as Assembleias extraordinárias.
2. As convocatórias indicarão o dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.
3. Quando a ordem de trabalhos incluir alguns assuntos para os quais é contemplada a votação por correspondência, a convocatória para a Assembleia Geral deverá incluir um boletim de voto referente aos mesmos. O boletim de voto deverá chegar ao local onde vai decorrer a Assembleia, pelo menos vinte e quatro horas antes do seu início.
4. O funcionamento da Assembleia Geral regula-se pelas disposições constantes do Artigo cento e setenta e cinco do Código Civil.

DA DIRECÇÃO

ARTIGO 18º

1. A Direcção é composta por três membros, um Director e dois Sub-Directores.
2. A Direcção será eleita entre os seus membros, pela Assembleia Geral.
3. A Direcção toma posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO 19º

1. À Direcção compete exercer todos os poderes necessários à execução das actividades que se enquadram nos objectivos da A.P.I.E.T., designadamente: Representar a Associação em juízo e fora dele;
 - a) Representar a Associação em juízo e fora dele;
 - b) Administrar os bens da Associação e dirigir a sua actividade podendo, para esse efeito, contratar pessoal e colaboradores, fixando as condições de trabalho e a respectiva disciplina;
 - c) Constituir mandatários, os quais obrigarão a Associação, de acordo com os respectivos mandatos;
 - d) Elaborar o relatório e contas de cada ano;
 - e) Decidir sobre a criação de novos projectos e, ou sobre a extinção de projectos existentes;
 - f) Requerer a convocação da Assembleia Geral;
 - g) Alenar os bens da Associação, com o parecer favorável da Assembleia Geral;
 - h) Propôr à Assembleia Geral o montante da quota dos associados;
 - i) Elaborar ou promover a feitura ou alteração de regulamentos internos;
 - j) Propôr a criação de delegações.
2. A A.P.I.E.T. obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros da Direcção, uma das quais deverá ser a do Director, assim como pela assinatura de um único mandatário com poderes bastantes, conferidos nos termos da alínea c) do número anterior.
3. A Direcção poderá delegar em funcionários poderes para a prática de actos de mero expediente, sendo como tal considerados os actos que a não obriguem juridicamente.
4. A Direcção é eleita por um período de três anos, renováveis.

5. A convocação das reuniões da Direcção compete ao Director, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer um dos Sub-Directores.
6. O Director tem voto de qualidade.
7. O Director tem poder executivo nos períodos entre reuniões da Direcção, podendo as decisões tomadas nestes períodos ser modificadas em reunião da Direcção.

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 20º

1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Secretário e um Relator, eleitos em Assembleia Geral;
2. Compete ao Conselho Fiscal designadamente;
 - a) Examinar a escrita da Associação;
 - b) Elaborar, relativamente a cada exercício, parecer sobre os balanços e as contas apresentadas pela Direcção;
 - c) Participar nas reuniões da Direcção em que sejam versadas matérias da sua competência e dar parecer sobre qualquer consulta que por aquela seja apresentada;
 - d) Requerer a convocação da Assembleia Geral sempre que o julgar necessário.
3. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente, pelo menos, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o convoque.

ARTIGO 21º

1.
 - a) As despesas da A.P.I.E.T. são as que resultam do exercício das suas actividades, em cumprimento dos Estatutos e dos Regulamentos internos, e as que lhe sejam impostas por lei;
 - b) Funcionamento administrativo (pessoal e outras despesas);
 - c) Deslocações, estadias do delegado e observadores às Assembleias Gerais e outras reuniões da I.A.E.S.T.E.;
 - d) Quotas devidas pela A.P.I.E.T. à respectiva organização internacional;

- e) Subsídios destinados a contribuir para as despesas de deslocações e estadias dos estudantes beneficiários dos estágios;
 - f) Indemnizações a terceiros por danos e perdas causadas pelos estudantes a quem foram atribuídos estágios.
2. Os investimentos poderão ser realizados nomeadamente em bens imóveis, equipamento, bolsas, subsídios e projectos.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 22º

Os presentes Estatutos só podem ser alterados em Assembleia especialmente convocada para o efeito, desde que obtenha o voto favorável de três quartos de todos os associados presentes, e nas condições estabelecidas em regulamento.

ARTIGO 23º

- 1. Compete à Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito, declarar a dissolução da Assembleia com base na impossibilidade de se atingir os objectivos sociais, desde que a deliberação obtenha o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.
- 2. As deliberações da Assembleia Geral sobre a dissolução da Associação só será válida se houver aprovação de três quartos do número de todos os associados.
- 3. Em caso de dissolução a Assembleia Geral nomeará imediatamente uma Comissão Liquidatária.

Lisboa, 26 de Março de 1992